

A IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA PRÁTICA DOCENTE

CARLA BEDUHN WEBER¹; RAYNARA DE FREITAS NUNES²; HELENA
COLMAN PAIS³; CASSIANA SILVA DE FREITAS⁴; SIMONE GONÇALVES DA
SILVA⁵

¹*Universidade Federal de Pelotas – beduhnwebercarla@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – raynarafreitasnunes@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – hcolmanp@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – cassi.imagine@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho busca investigar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as relações étnico-raciais. A discussão toma como centralidade o documento da BNCC e a perspectiva de profissionais que atuam na educação básica em diferentes níveis. Para tanto, realiza-se uma pesquisa que busca compreender como a BNCC está sendo interpretada e colocada em prática nas escolas, quais os desafios enfrentados e quais as contribuições para o fomento de uma educação antirracista.

A análise está fundamentada nos estudos de SILVA (2023), discute as teorias curriculares e analisa as contribuições do multiculturalismo e as narrativas étnicas e raciais presentes no currículo, e SILVA; SILVA (2021) aborda o documento curricular unificado as questões étnicos raciais e a reflexão de uma educação antirracista.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de questionário online realizado via Google Forms, com 4 profissionais que atuam no ensino básico, como equipe diretiva ou docente, contudo para preservar o anonimato das participantes, optamos por renomear os nomes com a identidade de mulheres negras brasileiras para identificar as informações. Por conseguinte, utilizamos a metodologia qualitativa, a qual, conforme MINAYO (2007), responde a questões muito particulares, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Nesse sentido, nos limitamos a observar as respostas de duas perguntas, que consideramos, nesse contexto, as mais pertinentes, sendo elas: (1) “Quais são, em sua opinião, os principais pontos positivos e negativos da BNCC no que se refere à promoção da educação étnico-racial?” e (2) “Quais os impactos você acredita que uma educação antirracista pode gerar na vida dos seus alunos?”

Os dados coletados serão analisados de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar padrões e tendências nas respostas. Portanto, espera-se que a pesquisa contribua para um melhor entendimento da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que tange à Educação para as Relações Étnico-Raciais (EERR), mapeando as práticas pedagógicas utilizadas por diferentes profissionais, identificando os principais desafios e oportunidades para

a promoção de uma educação antirracista e analisando a percepção dos participantes sobre a importância da EERR para a formação dos estudantes.

Para a elaboração de um aporte teórico em relação a reflexão do tema, educação antirracista e organização curricular, efetivamos a investigação a partir de registros disponíveis em escritos já existentes, como uma forma de aprimorar a relação entre as respostas analisadas na pesquisa e as discussões teóricas realizadas, não somente, na análise dos autores, mas também na construção coletiva de argumentações na disciplina de Escola Cultura e Sociedade VII, no curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Compreender a ideia de currículo torna-se complexo na medida em que estamos inseridos dentro de um contexto plural enquanto organização social e cultural, por esse viés, entendemos que a relação entre a temática racial e étnica e a propagação de um discurso da diversidade no educandário está vinculado com as relações de poder estabelecidas, assim como, os interesses ao elaborar uma base comum ao processo formativo.

Por essa perspectiva que as respostas alcançadas foram apuradas sob a sombra de um olhar crítico reflexivo, que de acordo com Silva (2023) concebe a identidade étnica e racial, dentro de um contexto de currículo, como campo de conhecimento:

desde o começo, uma questão de saber e poder. A própria história do termo mais fortemente carregado e polêmico, o de “raça”, está estreitamente ligada às relações de poder que opõem o homem branco europeu às populações dos países por ele colonizados (SILVA, 2023, p. 100)

Evidenciando que as narrativas étnicos-raciais presentes no currículo, em sua maioria, reforçam estereótipos e hierarquizam grupos sociais ao priorizar determinadas culturas e histórias em detrimento de outras, invisibilizando as contribuições de culturas não europeias e contribuindo para a manutenção de desigualdades sociais ao moldar as percepções que os indivíduos têm de si mesmo e dos outros.

Neste contexto, a partir dos relatos das professoras da educação básica, analisa-se que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta tanto pontos positivos quanto negativos no que se refere à promoção da educação étnico-racial. Entre os pontos negativos, conforme os dados coletados pela pesquisa, destaca-se “a negligência com muitos assuntos atuais que deveriam estar sendo abordados e que não aparecem ou só aparecem em momentos pouco cruciais do documento (como um tema transversal que poucos leem, por exemplo) (CAROLINA, 2024)”. Salienta-se que:

O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente um “tema transversal”: ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade. O conhecimento sobre raça e etnia incorporado no currículo não pode ser separado daquilo que as crianças e os jovens se tornarão como seres sociais SILVA (2023, p. 102).

Logo, Silva e Silva (2021) trazem que apesar da presença da legislação que trata da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação Básica na BNCC, essa não traz como o tema deve ser desenvolvido nos currículos, sem conseguir articular com os

conhecimentos específicos. Portanto, há uma preocupação de que a BNCC “pode ser silenciatante em relação a questões étnico-raciais, o que pode prejudicar o currículo da educação básica” (TEREZA, 2024). Assim, implica na “responsabilidade do professor e das instituições de Ensino promoverem esta articulação, havendo uma desresponsabilização do estado quanto ao cumprimento da legislação em sua efetividade” (SILVA; SILVA, 2021, p. 565).

Por outro lado, alguns pontos positivos é que a BNCC possibilita “a liberdade de entender a base comum como o mínimo, adicionando às práticas elementos que enriquecem o trabalho do professor frente a diversidade” (CAROLINA, 2024), outra professora pondera que a BNCC “pode ser um instrumento para combater desigualdades, como as raciais, de gênero, orientação sexual e exclusão de pessoas com deficiência” (TEREZA, 2024). Ampliando a análise, os dados da pesquisa demonstram que as professoras da educação básica consideram que, a implementação de uma educação antirracista pode ter impactos significativos na vida dos alunos. Ela pode “melhorar a autoestima de pessoas fora do padrão estético valorizado” e ajudar os estudantes a “compreender o mundo social de forma mais complexa”. Além disso, promove “o trabalho da empatia e dos valores humanos em relação às diferentes formas de viver” e o “acolhimento das características das comunidades locais” (CAROLINA, 2024). Uma educação antirracista também pode proporcionar “uma maior noção da realidade” (DANDARA, 2024) e contribuir para que os estudantes vivam “numa sociedade mais igualitária onde o respeito e a valorização à diversidade sejam presentes, onde a aceitação ao outro e suas escolhas interesse apenas a ele próprio” (MARIA FIRMINA, 2024).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da BNCC no contexto das relações étnico-raciais revela a necessidade urgente de uma abordagem mais integrada e contínua na promoção de uma educação antirracista. Embora a legislação exija a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena, a falta de diretrizes claras sobre como esses temas devem ser desenvolvidos nos currículos resulta em uma aplicação inconsistente e, muitas vezes, superficial.

Dessa maneira, é essencial que as instituições de ensino e os educadores recebam uma formação permanente (FREIRE, 1996) que promova a capacidade crítica e problematizadora da educação para as relações étnico-raciais – uma educação antirracista, e assim contribua com a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana, na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra , 1996.

SILVA, Assis Leão da; SILVA, Clesivaldo da. **A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Étnico-Racial na promoção de uma educação**

antirracista. [S.I.]: Revista eletrônica pesquiseduca, v. 13, n. 30, p. 553–570, 2021. Disponível em: <quiseduca/article/view/1056>. Acesso em: 24 set. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MINAYO, M; DESLANDES, S; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.